

Amazonia — onde o realismo e o bom senso?

Herbert Levy *

Os jornais veicularam notícias de reuniões do presidente do Ministério e da Comissão de Segurança da Câmara dos Deputados, com a presença de alguns chefes militares, nas quais foram denunciados fatos que indicariam ameaça dos Estados Unidos de intervir no Brasil. Isso criou no espírito dos que os leram uma reação de descrença, e até de estupefação, pelo despropósito das interpretações.

Afinal, onde está o realismo e o bom senso que devem prevalecer principalmente no Poder Público e no Congresso? Onde fica o século e meio de relações impecáveis com nosso grande vizinho do Norte?

Alguém ignora, por outro lado, que a ação política



dos Estados Unidos no plano internacional é pautada por uma ação constante de promoção e defesa das liberdades democráticas e contra qualquer tipo de constrangimento ou intervencionismo de uma nação contra outra?

Sempre tivemos um bom relacionamento com os Estados Unidos, que cresceu sensivelmente desde que tropas brasileiras lutaram nos campos de batalha da Europa contra o nazismo e a ameaça que ele representava de escravização de todo o mundo livre. É notório que passamos a ser considerados parceiros especiais, com maiores atenções por parte do presidente e do governo dos Estados Unidos. Isso foi demonstrado ao presidente Fernando Collor de Melo, em sua primeira visita àquele país, quando o presidente George Bush timbrava em pôr em evidência esse relacionamento especial com o Brasil.

Veio então a Guerra do Golfo, desencadeada pela

invasão do Kuwait pelo ditador do Iraque, Saddam Hussein. Reuniu-se o nosso governo e surpreendentemente condenou a ação militar, defendendo ainda naquela altura, o recurso à diplomacia, com os iraquianos já entregues ao saque, à violação e ao extermínio dos kuwaitianos. Essa era a tese proposta ao governo pelo então ministro das Relações Exteriores, Francisco Rezek e, inexplicavelmente, aceita pelo Ministério e pelo próprio presidente Collor.

Achava-se no Brasil naquela ocasião o presidente da Argentina, Carlos Menem, que foi constrangido a assinar a espúria declaração. Mas ele, assim que chegou a Buenos Aires, anunciou solidariedade integral às forças democráticas, com os Estados Unidos à frente, comprometendo-se a enviar — e o fez — uma tropa simbólica para lutar ao lado das forças aliadas que combatiam o Iraque e seu ditador.

Na primeira visita que,

posteriormente ao fim da guerra, Menem fez aos Estados Unidos, foi recebido com honras especiais e a Argentina proclamada "parceira especial" pelo presidente George Bush, substituindo o Brasil. Podemos criticá-lo, depois da burrice representada pela posição brasileira na Guerra do Golfo?

Esses são alguns antecedentes, deplorados pelos homens de bom senso deste país.

Por outro lado, nos últimos anos, os Estados Unidos vêm-se empenhando numa guerra total contra o narcotráfico, de efeitos tão notoriamente terríveis sobre a parte da população, principalmente jovem, que não resiste a esse processo de crescente e mortal intoxicação.

Ora, é justamente na Colômbia que se localizam os dois quartéis mais poderosos do narcotráfico e que mobilizam homens bem armados e aviões para operar desde os inúmeros campos improvisados nas

selvas, para levar a droga aos mercados de consumo, principalmente os Estados Unidos. Justiça seja feita. As nossas Forças Armadas e nossa polícia, com os poucos recursos de que dispõem, têm feito o impossível para reprimir esse tráfico, sendo relativamente freqüentes as apreensões de drogas destinadas ao exterior.

Diante desses fatos seria lógico e natural que se procurassem mais recursos para tornar mais eficiente esse combate.

Mas para nos defendermos de eventuais manobras dos Estados Unidos que ameaçariam as nossas fronteiras? Isso é confundir alhos com bugalhos, e só nos diminui no conceito internacional.

Precisamos corrigir essa situação ridícula para o Brasil, restabelecendo o realismo e o bom senso em questão de tanta importância.

* Diretor-responsável da Gazeta Mercantil.